



# História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro  
(Organizadora)



# História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro  
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Karine de Lima

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : diálogos contemporâneos 3 /  
Organizadora Ana Paula Dutra Bôscarro. – Ponta Grossa, PR:  
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-39-3

DOI 10.22533/at.ed.393201002

1. História – Pesquisa – Brasil. I. Bôscarro, Ana Paula Dutra.  
CDD 900.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Por intermédio de diversos trabalhos acadêmicos, o livro *História: Diálogos Contemporâneos* apresenta-se como um importante espaço de intercâmbio cultural e científico. Ao articular as relações que se estabeleceram no passado e que continuam vigentes no presente, o livro abarca assuntos relevantes e que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, propiciando discussões em entorno de questões políticas, sociais e culturais.

De modo cada vez mais sistemático, a historiografia tem se empenhado em desenvolver novas possibilidades investigativas. Os autores aqui reunidos, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas, colaboram com o processo de construção do conhecimento histórico. Seus trabalhos, resultados de pesquisas originais, dialogam entre si e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes assuntos.

No livro estão reunidas análises que dissertam sobre o uso da literatura e da narrativa nos estudos históricos; Trabalhos que refletem sobre o papel do ensino no contexto atual e sobre os diversos embates enfrentados por seus profissionais nos espaços escolares e nas universidades; Debates sobre questões relativas ao passado escravocrata e suas permanências nas relações sociais; Migrações forçadas no contexto atual, dentre outros temas que promovem um frutífero diálogo entre passado e presente.

Em síntese, a obra nos ajuda a compreender de que modo as marcas do passado se manifestam em nossa experiência atual. Desta feita, esperamos que a leitura dos capítulos que por ora se apresentam possam ampliar os conhecimentos e instigar novas pesquisas históricas. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
RELATOS MEMORIAIS E RELATOS TESTEMUNHOS: O EXEMPLO DE ANTÔNIO PIGAFETTA (1491-1534)	
Michel Kobelinski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
MARIA GRAHAM: A POLISSÊMICA NARRATIVA DA ESCRITORA INGLESA, SOBRE OS BRASIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS	
Denise Maria Couto Gomes Porto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
CAPITALISMO, COMUNISMO E A HISTÓRIA DO FUTURO: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE “A MÁQUINA DO TEMPO” DE H. G. WELLS (1895)	
Pedro Nogueira da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
MANOEL BOMFIM E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA: A AMÉRICA LATINA SOB DIFERENTES PARADIGMAS RACIALISTAS	
José Geraldo Dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR	
Janessa Pagnussat	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
Heloíse Montagner Coelho	
Thieser da Silva Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E O FENÔMENO ALIENAÇÃO PARENTAL: A CRÍTICA DA TEORIA SISTÊMICA À PERSPECTIVA DE RICHARD GARDNER	
Ronaldo da Costa Formiga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3932010027</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>90</b>
ESCRITAS DE SI: A PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA DESENVOLVIDA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL E IDENTITÁRIA	
Tuany Maria Rodrigues Gonçalves Cianelli	
Bruna Sieiro Borges	
Fernanda Iglesias Webering	

Cláudia Cristina Mendes Giesel  
Flávia Maria Farias Baptista da Cunha  
**DOI 10.22533/at.ed.3932010028**

**CAPÍTULO 9 ..... 101**

UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

Gustavo de Faria Lopes  
José Elias Domingos Costa Marques  
Renato Gomes Vieira

**DOI 10.22533/at.ed.3932010029**

**CAPÍTULO 10 ..... 112**

A UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS COM O INTUITO DE PROMOVER O DEBATE RELACIONADO À TEMAS RELEVANTES ÀS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Aline Kelly da Silva Faria  
Madalena da Silva Faria

**DOI 10.22533/at.ed.39320100210**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

DESCONSTRUÍNDO ESTEREÓTIPOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Lucas Cardoso de Moura

**DOI 10.22533/at.ed.39320100211**

**CAPÍTULO 12 ..... 126**

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Oscar Edgardo N. Escobar

**DOI 10.22533/at.ed.39320100212**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

HISTÓRIAS DA PSIQUIATRIA NO BRASIL E AS INTERDIÇÕES AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ana Maria Cardachevski

**DOI 10.22533/at.ed.39320100213**

**CAPÍTULO 14 ..... 153**

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA E O USO IDEOLÓGICO DAS FONTES

Natalia dos Reis Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.39320100214**

**CAPÍTULO 15 ..... 162**

MORRER NEGRO EM JACUTINGA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS FUNEBRES DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Ana Francisca Vasconcelos da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.39320100215**



<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>170</b>
DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO Claudia Alves d`Almeida <b>DOI 10.22533/at.ed.39320100216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930) Inajá Reis Costa <b>DOI 10.22533/at.ed.39320100217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>191</b>
ENTRE SEMENTES E FRUTOS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE E A ROMANIZAÇÃO EM MANAUS (1941-1948) Elisângela Maciel <b>DOI 10.22533/at.ed.39320100218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>202</b>
MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) Tatiane Sant'Ana Coelho Reis <b>DOI 10.22533/at.ed.39320100219</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>212</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>213</b>

## UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

*Data de submissão: 03/12/2019*

*Data de aceite: 04/03/2020*

### **Gustavo de Faria Lopes**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Goiás  
Goiânia - GO

<http://lattes.cnpq.br/2351808724000505>

### **José Elias Domingos Costa Marques**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Goiás  
Goiânia - GO

<http://lattes.cnpq.br/8158562235292503>

### **Renato Gomes Vieira**

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de  
Educação  
Goiânia – GO

<http://lattes.cnpq.br/8864553603140803>

**RESUMO:** O trabalho tem o objetivo de analisar a Base Nacional Comum Curricular - BNCC como elemento central da política educacional neoliberal para a atual conjuntura brasileira. Trata-se de orientar a educação básica dentro dos limites traçados pelos reformadores empresariais e suas instituições, reforçando o vínculo cada vez mais estreito com o mercado de trabalho. Todas as ações devem gravitar em torno de uma proposição de currículo fechada em todos os seus detalhes, muito próxima

das primeiras formulações curriculares que surgiram nos Estados Unidos no início do século XX, alicerçadas nas prescrições do taylorismo-fordismo que invadiram as escolas. Agora é o momento de formatar a educação e as escolas em torno dos métodos de trabalho flexíveis e, para tanto, é fundamental padronizar os conteúdos e as competências de alunos e de professores, determinando precisamente como deve transcorrer o processo de ensino e aprendizagem. Para vigiar, controlar e punir, as avaliações censitárias de larga escala executarão o papel de cercear a autonomia dos professores e alunos nas suas salas de aula, mostrando para a sociedade quem cumpriu o papel de ensinar ou não os estudantes, como também, promover o alinhamento de todos para que cumpram os descritores e objetivos da Base. À disposição das escolas, de notas baixas ou altas nas avaliações, estarão disponíveis pacotes de materiais didáticos, e até de gestão das escolas, ofertados pelas grandes empresas ou organizações educacionais do grande capital. Tudo isso em consonância com a lógica da contemporaneidade neoliberal da flexibilidade, da insegurança, do individualismo, da precariedade, do consumismo e do individualismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC; neoliberalismo, educação

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the Common National Curriculum Base - BNCC as a central element of neoliberal educational policy for the current Brazilian conjuncture. It is about guiding basic education within the boundaries set by business reformers and their institutions, reinforcing the ever-closer link with the labor market. All actions must gravitate towards a closed curriculum proposition in all its details, very close to the first curriculum formulations that emerged in the United States in the early twentieth century, based on the prescriptions of Taylorism-Fordism that invaded schools. Now is the time to shape education and schools around flexible working methods, so it is crucial to standardize the content and skills of students and teachers, determining precisely how the teaching and learning process should proceed. To monitor, control and punish, large-scale census assessments will play a role in curtailing the autonomy of teachers and students in their classrooms, showing society who has fulfilled the role of teaching or not teaching students, as well as promoting alignment of all to meet the descriptors and objectives of the Base. At the disposal of schools, with low or high marks in the evaluations, will be available packages of teaching materials, and even school management, offered by large companies or large capital educational organizations. All of this is in line with the logic of the neoliberal contemporaneity of flexibility, insecurity, individualism, precariousness, consumerism and individualism.

**KEYWORDS:** BNCC, neoliberalismo, education

### 1 | INTRODUÇÃO

A reorganização do capitalismo na contemporaneidade, que se desenvolveu a partir da década de 1980, e que representou uma ofensiva sem precedentes do capital, está alicerçada em um duplo processo que modificou profundamente o mundo atual: a reestruturação produtiva, com modificações pautadas no mundo do trabalho e o neoliberalismo, ofensiva ideológica e política. Trata-se de processos que abriram um novo domínio do grande capital sobre o mundo e a sociedade, e que são conectados de tal maneira que podemos afirmar que “a reestruturação produtiva do capital é a base material do projeto ideo-político neoliberal”, ressaltando que os dois processos se alimentam mutuamente (ANTUNES, 1999, p. 58).

O resultado mais marcante dos dois processos apontados acima, no atual momento, é o crescente poder do grande capital (especialmente o financeiro), a presença ostensiva do Estado na garantia da liberdade total para os agentes econômicos no jogo da livre iniciativa, sem interferências de nenhuma espécie, na defesa intransigente de políticas de desregulamentação, liberalização, privatização e difusão da ideia de que o mercado é mecanismo fundamental para prover o desenvolvimento da sociedade. Isso porque, na verdade, o próprio Estado também será reconfigurado no capitalismo contemporâneo, com adoção de regras próprias da empresa, deixando no passado preocupações e veleidades com políticas sociais:

Não basta constatar a continuidade da intervenção do Estado, ainda é preciso analisar de perto seus objetivos e os métodos que emprega. Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes às aquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governos e sujeitos sociais. (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 272-273)

O resultado desta situação é uma presença do estado reconfigurado externa e internamente, é a criação e a disseminação de um novo “senso comum” (NETTO, 2006), de uma visão de mundo de acordo com a qual a vida social e do trabalho agora devem ser revestidas de uma perspectiva antissocial, anti-coletiva, anti-solidária, calcada na projeção social adquirida por uma ética do esforço privado, do autocontrole, da disciplina, da meritocracia e do sucesso/insucesso ligado unicamente às atitudes individuais, pois a “nova ordem institucional se exime de responsabilidade, tentando apresentar sua própria indiferença como liberdade para os indivíduos ou grupos da periferia; o vício da política derivada do novo capitalismo é a indiferença” (SENNET, 2006, p. 150). Prevalece desse modo a ideia de que cada indivíduo é instado a se comportar como um capital que precisa ser valorizado para ter empregabilidade, assumindo, nesta visão, que a responsabilidade de sua vida recai exclusivamente sobre seus ombros, pois, no “novo mundo da ‘sociedade em desenvolvimento’, o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado” (DARDOT; LAVAL, 2006, p. 335). Essa lógica perversa e destrutiva afeta de maneira crescente a sociedade disseminando um clima de insegurança, de precarização, de fragmentação, de desemprego, de subproletarização e de desestruturação da vida das pessoas, jogadas ao arbítrio da sorte. Trata-se de um contexto de desemprego ou empregos precarizados e flexibilizados. Logo, para a nova época, é necessário uma “nova” educação e também uma “nova” escola.

## 2 | CURRÍCULO E HISTÓRIA

A educação e a escola, não ficariam imunes e inatingíveis a todos esses efeitos, como podemos observar ao longo da formação da escola moderna. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recentemente aprovada, é só mais um episódio deste entrelaçamento entre interesses empresariais e a educação, reafirmando a construção de uma ideia-força presente desde a constituição do campo curricular no final do século XIX nos Estados Unidos: controle do funcionamento da escola, para que façam um trabalho padronizado e eficiente de preparação da força de trabalho.

Coube a dois educadores americanos, Franklin Bobbitt e Ralph Tyler, sintetizar e elevar a um outro patamar tudo que até então havia de elaboração teórica e prática sobre currículo. Fizeram isso aprofundando a ideia de que a escola americana só alcançaria sucesso e eficiência se conseguisse aplicar os ensinamentos do taylorismo-fordismo em voga nas indústrias americanas à administração do sistema educacional. Ralph Tyler deu o formato final a esta empreitada quando torna o currículo, edificado nacionalmente, a referência única e fundamental do sistema educacional americano, processo cuja influência se estendeu por quase todo o mundo (APPLE, 1982; ENQUITA, 1989; PARASKEVA, 2007).

Este paradigma tradicional, conservador e tecnicista de currículo, tinha como principal intenção padronizar o funcionamento das escolas por meio do estabelecimento do conhecimento curricular que deveria ser ensinado junto com todos os procedimentos necessários para que tudo acontecesse conforme as prescrições detalhadas (disciplinas/matérias de ensino, conteúdos programáticos, objetivos determinados de ensino, materiais e métodos didáticos), enfim um currículo nacional e oficial “à prova de professor” (APPLE, 2002; SACRISTÁN, 2000).

### 3 | A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Para analisar a BNCC – seja a da Educação Infantil e do Ensino Fundamental homologada em dezembro de 2017 ou a do Ensino Médio em dezembro de 2018 – é necessário tomar em consideração o quadro esboçado anteriormente. Esta é uma base curricular com nítido viés tecnicista, detalhada, em todos os aspectos, para atender a múltiplos interesses empresariais (fornecimento de livros didáticos e pacotes educacionais, prestadores de serviço, atuação em gerência de escola etc.) nesta nova fase do capitalismo em que prevalece os processos de trabalho de acumulação flexível, onde sobressai o toyotismo. Assim, o Currículo tem como eixo central atender as demandas do capital para formação do educando enquanto trabalhador flexível deste novo padrão de acumulação. Dessa forma, o importante não é a socialização plena dos conhecimentos mas a construção de sua capacidade de constante adaptação às mudanças do sistema produtivo. Por isso não é sem propósito que vamos encontrar na Base a ideia da aprendizagem das habilidades socioemocionais, como a capacidade e iniciativa de resolver problemas da vida social e do trabalho num mundo cada vez mais complexo com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. (BRASIL, 2017; FREITAS, 2018).

Este destaque especial sobre a aprendizagem das habilidades socioemocionais para crianças e jovens diz muito sobre o mundo do trabalho em que vivemos e igualmente sobre a concepção teórica e ideológica que orienta a Base. Nesse mundo onde a incerteza e a precariedade constituem-se como normas de emprego, a escola deve dar sua contribuição ao “ensinar” certas “competências”, especialmente a resiliência e

a flexibilidade, para crianças e jovens consentirem passivamente com as formas atuais de trabalho sem garantia alguma. A questão pode se desdobrar para além do aspecto mencionado, qual seja, consentir e aceitar sua situação de estar empregado ou não, como um fardo que deve recair exclusivamente na pessoa e não na sociedade. E, para aqueles que tem a “sorte” de estar empregado, a resiliência e a flexibilidade ensinam a concordarem com as diversas formas de controle que encontrará nos ambientes de trabalho contemporâneos: o controle burocrático (obediência às normas e regras); o controle cognitivo (expropriar o “saber fazer”); o controle intelectual (expropriar a capacidade criativa); o controle afetivo (para com a família da empresa); o controle emocional (“expropriar” as emoções em benefício da empresa); o controle do corpo (normatizar tempos e movimentos); o controle do narcisismo (estimular o “amor de si” para o individualismo e empreendedorismo). (HELOANI, 2003).

Essas ponderações sobre as diferentes formas de controle apontam para a complexidade dos novos métodos de trabalho, especialmente o toyotismo, para “ganhar” o trabalhador na sua integralidade aos ditames do capital, na verdade, “capturar a subjetividade” do trabalhador para que este interiorize em todas as suas dimensões as regras de funcionamento do capitalismo na época neoliberal, de domínio do mercado, para vender sua força de trabalho como um todo, interiorizando as “novas” regras. Nesta lógica, quanto mais prematuramente a incorporação dessas habilidades socioemocionais acontecer melhor, e nada mais “natural” que este processo ocorra na escola (ALVES, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

As habilidades socioemocionais com destaque para resiliência e a flexibilidade entram na BNCC como objetivos a serem alcançados com sua padronização e uniformização para que possam ser medidas em avaliações de larga escala, censitárias (que abrange todos os estabelecimentos escolares) e assim legitimar certas atitudes da juventude e deslegitimar outras. Neste viés, enaltecendo as posturas dos empreendedores, tidas como normais, pois ligadas ao conhecimento oficial a serviço das regras do capitalismo contemporâneo, e, tipificando negativamente comportamentos “resilientes” ligados às lutas e embates sociais levados pela juventude. A padronização vai além dos conhecimentos e alcança agora valores e atitudes. Como coloca com precisão o autor abaixo:

A padronização dos objetivos de ensino e, por consequência, dos conteúdos de aprendizagem, atinge o desenvolvimento cognitivo, mas não somente, pois as bases nacionais curriculares têm incluído as chamadas “habilidades socioemocionais”, ampliando o grau de padronização em direção a hábitos e atitudes sociais dos estudantes (...) A questão não está em se abordar as habilidades socioemocionais na escola. Isso é feito, de uma forma ou outra, formal ou informalmente, já que na escola todos os seus espaços e relações ensinam — e não apenas a sala de aula. À questão é que a proposta de uma base nacional comum curricular com habilidades socioemocionais, além de padronizar indevidamente este campo, também promove a legitimação das finalidades educativas vigentes no âmbito da sociedade atual (base para a decodificação das habilidades incluídas), sem uma discussão ampla e uma análise crítica. (FREITAS, 2018, p. 113-114).

A BNCC deve então ser caracterizada como parte de uma política educacional onde desponta a ideia forte de centralização curricular. Com a definição rígida e prescritiva dos objetivos a serem alcançados, os conteúdos programáticos acompanhados de um descritor, as atividades e orientações didáticas e ainda a avaliação em larga escala (em todas as escolas) para verificação da aplicação da Base na prática. O objetivo fundamental é definir, orientar e controlar o trabalho pedagógico, pelas escolas do país, da educação básica (da educação infantil ao ensino médio). Por este motivo todo o objetivo de aprendizagem é sempre acompanhado de um número, de um descritor. A base tem caráter obrigatório e trará impactos importantes na formação de professores, nos materiais didáticos e pacotes educacionais, na gestão das escolas e no trabalho cotidiano do professorado na rede municipal, estadual e federal de educação. Este é o ponto mais elevado de centralização curricular desde a redemocratização do país, seguindo de perto, ou melhor, fazendo uma cópia das políticas de currículo neoliberais praticadas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia (CÁSSIO, 2019; RAVITCH, 2011).

Originalmente a ideia de uma base nacional para educação básica no Brasil toma força com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a necessidade colocada pela lei maior de organizar a educação no país com a confecção de uma nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). As discussões se desenvolvem no sentido também de dotar a educação básica de um currículo nacional. Um dos primeiros documentos a vir a luz são os Parâmetros Curriculares Nacionais e logo a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que estabelecem orientações importantes para as escolas seguirem, constando de uma parte comum obrigatória, em torno de 60%, que todo alunado deve cumprir, na qual se busca garantir uma unidade nacional, e uma parte diversificada do currículo, também obrigatória, vinculada a realidade regional e local, em torno de 40%, que garante certa autonomia para as escolas. É neste marco legal que deveria se desenvolver as especificações necessárias para um maior detalhamento de uma Base Nacional Curricular que servisse para uma maior orientação e referência ao trabalho no chão da escola (HYPOLITO, 2019; SAVIANI, 2016).

Mas, com a hegemonia do setor empresarial na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, essa visão exposta anteriormente na verdade é totalmente subvertida por outra totalmente oposta de cunho neoliberal:

Ao contrário, a visão político-pedagógica, que estrutura a BNCC, não assegura ou ratifica a identidade nacional sob o eixo do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização e o respeito à diversidade e à efetiva inclusão, conhecimento e cultura, respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Tais proposições alteram, significativamente, os marcos regulatórios para a Educação Básica e na Educação Superior incide, diretamente, nos processos de organização, gestão e regulação da formação de professores.

Desse modo, a BNCC se apresenta como aliada na efetivação de propostas e dinâmicas curriculares que contribuem para a padronização e reducionismo curricular, com forte ênfase em Língua Portuguesa e Matemática, profundamente articulada à avaliação estandardizada, desconsiderando a realidade nacional, as diretrizes curriculares nacionais dos níveis da Educação Básica e as singularidades das etapas e modalidades educativas.

A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de uniformização e homogeneização curricular, com a prescrição de currículo mínimo centrado em habilidades e competências, permitindo maior atrelamento da BNCC às avaliações externas. (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p. 41).

Neste processo em que a BNCC deveria ser desenvolvida a partir da LDBEN, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e fundamentalmente das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, e servir de referência para o trabalho cotidiano dos professores, o caminho tomado é completamente diferente. O itinerário é o apontado pelos reformadores empresariais da educação que se organizaram nos últimos anos em uma série de entidades (“Todos pela Educação”, “Movimento pela Base” etc.) sustentadas por grandes empresas e suas fundações (Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Grupo Somos Educação, Itaú etc.). Esses grupos hegemonizaram o processo de construção da Base Nacional, especialmente depois do golpe jurídico-político que depôs a presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff (CÁSSIO, 2019; FREITAS, 2018). A Base, que deveria ser um componente do currículo nacional, junto com outros como os professores em ação, a interação com os alunos, a autonomia e liberdade pedagógica, o respeito às diversidades locais, dentre uma série de outros elementos, acaba se metamorfoseando no currículo oficial único, padronizado e prescritivo para responsabilizar as escolas e punir os docentes e alunos.

Base nacional comum, testes e responsabilização e outros dispositivos da reforma são mecanismos implantados de cima para baixo e ancorados em leis que, na prática, levam as redes públicas a recorrer a uma série de possibilidades de privatização por dentro do sistema público (...) Estes mecanismos estão em uma dinâmica: bases nacionais curriculares (tanto relativas ao que deve ser ensinado aos estudantes nas escolas quanto relativas à formação dos profissionais da educação) fornecem as competências e habilidades para “padronizar” o ensino e a aprendizagem; os testes (usualmente censitários) cobram a aprendizagem especificada pela base e fornecem, por sua vez, elementos para inserir as escolas e um sistema meritocrático de prestação de contas (*accountability*) de seu trabalho, alimentando a competição entre escolas e professores (FREITAS, 2018, p. 79-80).

A política educacional proposta pelos reformadores empresariais da educação contida na BNCC segue no rumo da privatização de todo setor público para criação de um amplo mercado de ensino. A BNCC é um episódio deste processo. Que segue os passos anotadas acima, como pode ser verificado na terminologia de alinhamento: Base (fechada e prescritiva nos conteúdos), Ensino (com objetivos definidos nos mínimos detalhes), Avaliação (em larga escala censitária), Responsabilização (cobranças e punições ao corpo de trabalho escolar). Este processo leva inevitavelmente a destruição da pluralidade e diversidade dentro da escola, porque, apesar da Base



aprovada repetir a normativa das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de que 60% é a parte obrigatória para todo país e que 40% é reservado para atender a realidade local e regional, as escolas pressionadas agora de maneira bem mais forte a apresentarem resultados positivos nas avaliações censitárias, sob pena de receberem punições, inevitavelmente alinharão as suas ações para cumprirem os 60% que serão avaliados nas provas nacionais, o disfarce não esconde o rosto real da base. Os mecanismos mais diversos de controle entrarão em cena para que a BNCC, “à prova de professor”, seja estritamente cumprida, apesar das resistências e lutas que certamente estarão presentes no cotidiano da escola. O impacto deste alinhamento também estará presente na uniformização, padronização e regulação de outras políticas e ações, tomadas pelo governo federal, estadual e municipal, no tocante aos conteúdos educativos e aos livros didáticos e a formação inicial e continuada dos professores. A educação, então, deve ser configurada para o atendimento das avaliações gerais. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019; FREITAS, 2018; SAVIANI, 2016).

Outro aspecto interessante para observarmos a presença dos interesses dos reformadores empresariais da educação nas determinações mais importantes da Base Curricular é o que podemos denominar de “direitos de aprendizagem”. Opera-se uma redução do direito à educação para aspectos relacionados apenas à aprendizagem, e, normalmente, a conteúdos mínimos, como que para restringir a ideia de aprender apenas para a relação professor – aluno. Em outras palavras:

Outro risco, em relação à padronização de uma base, é orientar-se por uma lógica restrita do ‘direito à aprendizagem’. Não se trata de ter direito a aprender, mas sim, ‘direito à educação’, uma vez que aprender é uma condição inerente ao ato educativo. Portanto, falar em direito à educação é mais amplo do que direito à aprendizagem, já que o direito à educação implica uma instituição educativa de qualidade, com professores valorizados, com currículos construídos coletivamente, com infraestrutura adequada que permita a materialização de um projeto político-pedagógico democrático e não apenas restrito às necessidades de aprendizagem. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 300).

A lógica inerente a esse deslocamento do “direito à educação” para o “direito à aprendizagem” está na visão de padronização e responsabilização que recairá sobre o corpo docente de cada escola especialmente as que não atingirem as notas correspondentes ao que vai se considerar um bom ensino (na crença de que nota alta representa boa educação auferindo conteúdos mínimos) excluindo-se, como diz claramente os autores acima, as condições de trabalho do docente ou da própria escola. A aprendizagem que poderia ser significativa também sofre uma alteração porque acabará se transformando em preparatório para se sair bem nas provas da avaliação nacional, e o próprio professor verá seu trabalho sofrer uma redução de significados porque se tornará um instrutor para ensinar alunos a fazerem provas.

## CONCLUSÃO

Quando falamos de currículo, estamos falando do âmago da escola, pois diz respeito a tudo que acontece nesta instituição. Por este motivo o currículo sempre foi olhado e analisado com máxima atenção por todos os setores e grupos da sociedade. Como diz um estudioso:

A educação está profundamente implicada na política cultural. O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo (...) a decisão de definir o conhecimento detido por alguns grupos como o mais legítimo, como o conhecimento oficial, enquanto o de outros grupos dificilmente chega a ver a luz do dia, revela algo de extremamente importante sobre quem tem o poder na sociedade. (APPLE, 2000, p. 53).

Neste momento todos e todas que fazemos a defesa da educação pública e gratuita sofremos uma grande derrota que poderá trazer marcas profundamente negativas sobre a Educação, pois como diz corretamente Michael Apple, currículo faz parte de uma tradição seletiva, prevalecendo os interesses empresariais como hegemônicos na definição do “conhecimento oficial” que entrou na Base Nacional, enquanto legados culturais importantes foram deixados de lado, e quem mais sentirá os efeitos deste projeto serão os trabalhadores e os estudantes com o aligeiramento do ensino.

Ao longo deste artigo destacamos alguns pontos da BNCC que podem provocar alterações profundamente negativas na educação brasileira. Isso acontece em virtude de que esta base é um retorno, em outras condições, logicamente, da visão curricular tecnicista e conservadora. A educação é padronizada, uniformizada, com objetivos claros para que, nesta redução, possa ser mensurável em larga escala. Nesta situação o trabalho docente precisa ser prescrito, vigiado, medido e punido em todos os aspectos.

Mas, este retorno do currículo tecnicista, como todas as medidas descritas até o presente, possui um lastro de efeitos deletérios que já foi comprovado na educação de outros países. Existe, para nos ajudar na análise, toda uma experiência internacional de aplicação deste mesmo tipo de projeto, tanto nos Estados Unidos, como na Inglaterra, ou na Nova Zelândia, sem nenhuma mudança positiva na educação destes países, como atestam as notas no programa de avaliação internacional chamado PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), realizado a cada três anos e coordenado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicado em mais de 70 países, em alunos da educação básica, medindo o aprendizado nas áreas de matemática, leitura e ciências. (APPLE, 2000 e 2003; LAVAL, 2004; RAVITCH, 2011).

Mas, é sempre bom lembrar que a Educação e as escolas têm sua própria cultura e que os trabalhadores da Educação não se dobram facilmente às imposições e nem desistem da luta por uma verdadeira educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base** (terceira versão). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CASSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CASSIO, Fernando; Jr. CATELLI, Roberto. **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

DOURADO, Luiz; SIQUEIRA, Romilson. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE** – v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. Base nacional comum curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Ângela e DOURADO, Luiz (orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas** [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização do capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

HYPOLITO, Álvaro. BNCC, agenda global e formação docente. In: **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PARASKEVA, João. **Ideologia, cultura e currículo**. Lisboa: Plátano Editora, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade. **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, n. 4, p. 54-84, 2016.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração da Justiça 179, 180, 183

África Austral 202, 203, 204, 209, 210, 211

Africanos 47, 49, 51, 122, 134, 135, 162, 163, 164, 166, 173, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 203, 207, 208, 209, 210

Alienação Parental 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89

América Latina 1, 8, 9, 11, 14, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 127, 128, 129, 137, 155

Anticomunismo 153, 155, 156

Ascensão Social 33

Assistência 145, 147, 151, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 197, 206

### B

Base Curricular 101, 104, 108

Brasil Colônia 126, 129, 130, 138, 212

### C

Colônia de Moçambique 179

Constituição Federal 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 106

Cotidiano Escolar 112, 113, 116, 117

Cultura 8, 9, 19, 22, 23, 25, 38, 44, 48, 51, 62, 76, 79, 81, 90, 91, 94, 95, 96, 100, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 129, 130, 135, 138, 169, 177, 178, 181, 182, 183, 201

### D

Deslocamentos forçados 202, 203, 206, 207, 209, 210

Diálogos Contemporâneos 15, 26, 40, 54, 65, 77, 90, 101, 112, 118, 126, 139, 153, 162, 170, 179, 191, 202, 212

Diocese 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Dom João da Mata 191, 192, 194, 199, 200, 201

### E

Educação 33, 34, 36, 42, 47, 51, 67, 91, 96, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 117, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 138, 142, 148, 152, 161, 173, 174, 177, 178, 181, 182, 189, 194, 199, 204, 209

Educação Superior 33, 106, 110, 126

Escravidão 71, 118

Estado 2, 23, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 88, 102, 103, 112, 128, 129, 131, 135, 143, 147, 148, 149, 151, 156, 157, 158, 160, 169, 174, 179, 180, 182, 183, 188, 192, 196, 197, 201

Estereótipos 118, 121, 123, 124, 125, 207

Extrema-Direita 153, 155

## F

Família Contemporânea 77, 78, 79

Fontes 15, 16, 17, 18, 25, 38, 39, 64, 100, 124, 151, 153, 156, 160, 162, 177, 178, 183, 185, 187, 189, 201

Formação Médica 139

## G

Gênero 7, 8, 10, 19, 20, 28, 39, 64, 86, 92, 94, 144, 175, 179, 184, 185, 187, 188, 189, 202, 204, 205, 206, 209, 210

## H

História da psiquiatria 149, 151

## I

Identidade 5, 8, 9, 10, 12, 25, 54, 55, 60, 63, 64, 78, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 106, 113, 153

Ideologia 43, 72, 78, 79, 88, 110, 136, 153, 156, 158, 173

Igualdade Racial 112

Infância 1, 56, 148, 158, 170, 172, 176, 177, 178

## J

Jean-Jacques Rousseau 23, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74

## L

Literatura 1, 2, 3, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 36, 39, 42, 45, 54, 63, 68, 96, 100

## M

Manaus 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Manoel Bomfim 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52

Manuel de Oliveira Lima 40, 41, 43, 45, 50, 52

Maria Graham 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Matrizes Afro-brasileiras 112, 114

Migrações 202, 206, 208, 209, 210, 211

Mulher viajante 15

## N

Narrativa 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 15, 22, 35, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 118, 122, 123, 132, 156, 157, 158

Neoliberalismo 101, 102, 103, 110, 155

## O

Oralidade 1, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 91, 93

## P

Paul Ricoeur 54, 63, 64

Poder 4, 6, 8, 13, 14, 16, 32, 49, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 85, 88, 99, 102, 103, 109, 115, 127, 131, 135, 137, 140, 146, 156, 157, 176, 179, 184, 187, 188, 192, 196, 209

Práticas Fúnebres 162

## R

Relatos memoriais 1

## S

Santa Casa de Misericórdia 170, 172, 174, 176, 177, 178

Santo Antonio de Jacutinga 162, 165, 166, 167, 168

Século XIX 25

Século XX 139

Sociedade 12, 14, 29, 33, 37, 41, 42, 48, 67, 68, 69, 70, 76, 81, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 212

## T

Teoria da História 8, 26, 189

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**